

Leis para Todos

NINGUÉM precisa lembrar aos brasileiros que o Congresso é a nossa identidade democrática. Mas os brasileiros se recusam a aceitar certos hábitos e mesmo vícios como inevitáveis. Todos sabem que a instituição não está em julgamento pelos erros e vícios da representação política, mas a instituição parlamentar em nada se beneficia da omissão crítica em relação ao comportamento dos seus membros. Não está em curso campanha alguma contra o Congresso, mas apenas o exercício de uma vigilância que foi desativada enquanto a Câmara e o Senado fizeram ato de presença na vida nacional.

A crítica aos vícios e maus hábitos do Congresso durante o autoritarismo era tão destituída de sentido político quanto a omissão crítica no momento em que a instituição recobra suas responsabilidades. É pior: calar a crítica no período em que o Congresso estava debaixo do controle do Executivo foi uma forma de desautorizar a asfixia legislativa. Calar agora seria ato de conivência, a pretexto e não a serviço da causa democrática.

De uma vez por todas — enquanto é tempo — a Câmara e o Senado precisam entender que não há complô nem campanha contra o Congresso. A denúncia de certas práticas que incompatibilizam a representação política com a sociedade identifica o desejo de purificação dos costumes representativos. Se é inevitável o conceito de complô, que se reconheça então que é um complô a favor do Congresso.

O pagamento dos jetons (às vezes três num único dia) a deputados e senadores ausentes às sessões só comporta uma solução: o comparecimento. Ou então que se mude o critério e, em vez do jeton, os representantes políticos recebam uma remuneração única e sejam dispensados da obrigação de comparecimento. Pois a parte variável foi estabelecida exatamente para garantir-lhes a presença nas votações. O princípio da representação é o de que os cidadãos, para tornar possível o exercício da sua vontade, elegem representantes incumbidos de votar pela sociedade. Não basta sofismar com o argumento de que o custo do Congresso é pequeno. Precisa também ser moralizado.

A ausência é uma questão política e moral que não se resolve com o artifício do voto da liderança. Cita o presidente da Câmara, em defesa da instituição (que não está sendo questionada), o tempo e a atenção dada por deputados e senadores aos cidadãos que os procuram no Congresso para resolverem pleitos pessoais ou coletivos. O representante político não é, no entanto, um exclusivo procurador de partes: antes de tudo, convém não esquecer, é representante político, com o poder de votar e decidir pelos que o elegem.

Além do aspecto político, há um aspecto moral: o deputado ou senador que recebe o jeton sem comparecer às sessões pratica uma apropriação indébita, e ainda se beneficia da isenção do imposto de renda sobre a parte variável e maior dos seus ganhos. É indefensável, moral e politicamente. Se em agosto o Congresso registrou a visita de 35 mil pessoas é porque a Câmara e o Senado

praticam o clientelismo como forma preferencial de representação. Se querem manter o padrão paternalístico, que pelo menos atentem para a moral pública, que não é uma parte variável, e sim inseparável, da própria moral.

O presidente da Câmara falou em desestabilizar as instituições: mas quem seria tão insano para degradar o conceito de uma instituição essencial ao regime democrático? Só a inconsciência representativa se recusa a perceber a distância que esse comportamento vai perigosamente alargando entre os eleitos e os eleitores. Como é que deputados e senadores não se dão conta de que a isenção do imposto de renda sobre a parte maior dos seus ganhos constitui um privilégio afrontoso aos cidadãos?

Não basta a alegação de que não se encontram sozinhos, desde que a eles se juntarem militares e magistrados favorecidos pelo mesmo critério artificial. Esta é uma herança maldita da ditadura a ser também repudiada pela democracia. O Congresso, que reivindica o poder de iniciativa legal, pode muito bem dar o exemplo e propor — antes que a Constituinte remova o entulho de privilégios — a volta ao princípio da igualdade de todos perante a lei. Até mesmo como sinal de respeito à Nação, pois todas essas vantagens foram conseguidas sem franqueza moral e sem lealdade política: à sombra do AI. 5 criaram-se esses privilégios, que se tornam acintosos à cidadania na hora em que não basta apenas falar. É tempo de se providenciar alguma democracia efetiva, a partir do reconhecimento do abuso. A democracia é incompatível com privilégios porque se fundamenta na igualdade de direitos e deveres.

O Congresso reivindica as prerrogativas que lhe foram retiradas pelo autoritarismo. Não basta, porém, reivindicar para merecer: que uso fará o Congresso das prerrogativas que nem sempre usou de acordo com sua razão de ser? Quantas e quantas vezes a representação política se valeu das prerrogativas para proteger atos sem amparo político e moral e subtrair o prevaricador à ação da Justiça

No dia em que a televisão e o rádio levaram a todo o território nacional a defesa do Congresso pelo Deputado Ulisses Guimarães e pelo Senador José Fragelli, um deputado, dirigindo o seu automóvel em Brasília, com os faróis apagados, recusou-se a obedecer à ordem de parar dada por um delegado que suspeitou do veículo. Um homem do Congresso desacata o princípio da autoridade no cumprimento da lei: não dá para entender — menos ainda quando o presidente da Câmara se dispõe a ir pessoalmente, em companhia do deputado, exigir do Governador do Distrito Federal a abertura de inquérito contra o delegado que estava cumprindo a lei.

O assunto caiu em silêncio, mas voltará como sinal de que há uma **conspiração** para desmoralizar o Congresso. Pois é da natureza do espírito de privilégio não pagar imposto de renda e insuflar a empáfia dos que se sentem acima da lei, dos cidadãos, dos deveres e da igualdade de direitos. O primeiro sinal é a apresentação das práticas mais iníquas como essenciais à instituição parlamentar.